

É POSSÍVEL ESTUDAR GÊNERO NO ENSINO TÉCNICO E TECNOLÓGICO? experiências de um laboratório em prol de equidade no IFMA *campus* Pedreiras

*Nila Michele Bastos Santos*¹
IFMA *campus* Pedreiras
<https://orcid.org/0000-0002-1430-5185>

RESUMO:

O presente estudo apresenta as experiências exitosas do LEGIP — laboratório de estudos de gênero do IFMA *campus* Pedreiras, discutindo, além dos referenciais teóricos-metodológicos que orientaram sua prática, as dificuldades enfrentadas durante sua existência no IFMA *campus* Pedreiras. Fundado em 2018, o laboratório preocupa-se em promover debates e pesquisas na área dos Estudos de Gênero, voltados principalmente para a Educação Básica. Embora o Instituto Federal do Maranhão *campus* Pedreiras seja seu maior campo de atuação, o laboratório busca parcerias com diversas agências de fomento para suas ações extensionistas. Desse modo, as pesquisas realizadas produziram múltiplos materiais didáticos voltados para o Ensino Fundamental e Médio. Tais produtos didáticos foram distribuídos em escolas e secretarias de educação dos municípios a qual o instituto atende. Dessa forma, acredita-se contribuir tanto com a popularização da ciência quanto com uma educação antirracista, antimachistas e anti-homofóbica, necessária em todas as modalidades de ensino, não excluído assim o Ensino Técnico.

Palavras-chave: Educação, Gêneros, Equidade, LEGIP, IFMA

IS IT POSSIBLE TO STUDY GENDER IN TECHNICAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION? experiences of a laboratory for equity in the IFMA *campus* Pedreiras

ABSTRACT:

The study presents the successful experiences of LEGIP — laboratory of gender studies of the IFMA *campus* Pedreiras, discussing, in addition to the theoretical-methodological references that guided its practice, the difficulties faced. Founded in 2018, the laboratory is concerned with promoting debates and research in the area of Gender Studies, mainly focused on basic education. Although the Instituto Federal do Maranhão *campus* Pedreiras is its main field of activity, the laboratory seeks partnerships with several funding agencies for its extension actions. In this way, the research carried out produced multiple teaching materials aimed at elementary and secondary education. Such didactic products were distributed to schools and education secretaries in the municipalities that the institute serves. In this way, we believe to contribute both to the popularization of science and to an anti-racist, anti-sexist and anti-homophobic education, necessary in all teaching modalities, not excluding Technical Education.

Keywords: Education, Gender, Equity, LEGIP, IFMA

¹Doutoranda em História (UEMA). Mestra em História Social (UFMA), professora EBTT de História no Instituto Federal do Maranhão - *campus* Pedreiras, Integrante do NEABI-IFMA e Coordenadora do LEGIP — Laboratório de Estudos de Gênero do IFMA *campus* Pedreiras. Brasil. E-mail: nila.santos@ifma.edu.br

¿ES POSIBLE ESTUDIAR GÉNERO EN LA EDUCACIÓN TÉCNICA Y TECNOLÓGICA? experiencias de un laboratorio de equidad en el IFMA *campus* Pedreiras

RESUMEN:

El presente estudio presenta las experiencias exitosas de LEGIP — laboratorio de estudios de género del IFMA *campus* Pedreiras, discutiendo, además de los referentes teórico-metodológicos que orientaron su práctica, las dificultades enfrentadas. Fundado en 2018, el laboratorio se preocupa por promover debates e investigaciones en el área de Estudios de Género, principalmente enfocados en la educación básica. Aunque el Instituto Federal do Maranhão *campus* Pedreiras es su principal campo de actuación, el laboratorio busca alianzas con varias agencias de financiación para sus acciones de extensión. De esta manera, la investigación realizada produjo múltiples materiales didácticos dirigidos a la educación primaria y secundaria. Dichos productos didácticos fueron distribuidos a las escuelas y secretarías de educación de los municipios que atiende el instituto. De esta forma, creemos contribuir tanto a la divulgación de la ciencia como a una educación antirracista, antisexista y antihomofóbica. necesario en todas las modalidades de enseñanza, sin excluir la Educación Técnica.

Palabras clave: Educación, Género, Equidad, LEGIP, IFMA

Introdução

Para responder à questão que intitula este artigo é preciso primeiramente contextualizar. Por anos a educação técnica caracterizou-se apenas por sua forma eficaz e mais rápida de preparar seus alunos para a inserção imediata no mercado de trabalho. As competências desenvolvidas estavam em consonância com as demandas exigidas por empresas e indústrias de variados segmentos.

O desenvolvimento acadêmico, por assim dizer, estava destinado apenas às outras modalidades de ensino, contudo o surgimento dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia modifica esse cenário. Estabelecidos em 2008 pela lei 11.892, os Institutos Federais, além de promover uma educação profissionalizante, trazem em sua finalidade a investigação empírica e o desenvolvimento de espírito crítico.

O inciso VIII, do artigo 6.º da lei 11.892 deixa claro que é função dos Institutos Federais “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico”.

Integradamente, o Instituto promove a Educação Básica, de modo que disciplinas propedêuticas como Artes, História, Geografia, Sociologia e Filosofia atuam lado a lado das disciplinas específicas do curso técnico escolhido. Essa integração e verticalização à Educação Profissional permitem que temas antes vistos como “acadêmicos” e “sociais” também façam parte da grade de debates dos estudantes da educação técnica e tecnológica.

Porquanto, o que se deseja é formar um cidadão apto a viver em sociedade, contribuindo no mercado de trabalho e exercendo seus direitos e deveres de forma ética e consciente. Logo,

os problemas sociais e históricos têm terreno fértil para os debates.

No Instituto Federal do Maranhão *campus* Pedreiras, as questões de gênero começaram a ser tratadas de formas mais efetivas a partir de uma demanda trazida pelos próprios alunos, que cansados de ver os preconceitos sendo aplicados em forma de *bullying* recorreram à coordenadora do Núcleo de estudos Afro-brasileiro e indígena (NEABI) em busca da promoção de alguma campanha que minimizasse os atos.

A coordenadora, que também ministra a disciplina de História, percebeu que embora as campanhas pudessem ser feitas, era preciso aprofundar as questões, pois os preconceitos historicamente enraizados não acabam com apenas palestras. Era necessário um projeto que aliasse ensino, pesquisa e extensão e promovesse a investigação de conceitos e aprofundamento em literaturas específicas, para a produção de materiais didáticos que pudessem ser debatidos, na Educação Básica, de forma clara e objetiva; livre de tabus e acessíveis tanto aos jovens em construção de suas identidades, quanto a todos da comunidade escolar que precisem abandonar preconceitos.

Para alcançar esses objetivos, foi criado o Laboratório de Estudos de Gênero do IFMA *campus* Pedreiras – LEGIP. Sendo parte dos resultados deste laboratório o que pretendemos trazer à tona neste artigo, especialmente delineando as principais pesquisas e os produtos didáticos advindo delas. O LEGIP é tanto a resposta ao título desse artigo quanto a contribuição do IFMA *campus* Pedreiras na minimização das desigualdades de gênero.

Lócus e trajetória do LEGIP

O *Campus* Pedreiras, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), está localizado na MA-381, km-zero, s/n, no Bairro Diogo, no município de Pedreiras (MA), na estrada que liga Pedreiras a Joselândia. Ele integra a Fase III, do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

O *Campus* Pedreiras iniciou suas atividades pedagógicas no ano de 2014 com cursos de curta duração, permanecendo assim até 2015. Em 2016, iniciou a oferta dos cursos técnicos em Petróleo e Gás e Eletromecânica na forma subsequente. Em 2017, iniciaram-se as turmas de Ensino Médio integrado aos cursos técnicos de Eletromecânica e Petróleo e Gás e as disciplinas propedêuticas das áreas das ciências humanas e sociais começaram a ser ministradas no âmbito escolar.

Ainda no ano de 2017, as atividades do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígenas

— NEAB IFMA *campus* Pedreiras, passaram a ser realizadas no âmbito do Ensino Médio. O Núcleo buscou abordar além da educação para as relações étnico-raciais as interseccionalidades entre Raça, Gênero e Classe Social. Sob a orientação da professora de História, Nila Michele Bastos Santos (coordenadora do NEABI *campus* Pedreiras) foram aprovados os primeiros projetos de pesquisas PIBIC Ensino Médio, com financiamento do CNPq/ IFMA para bolsistas.

Os projetos aprovados, “Afetividades na sociedade escravista do Maranhão colonial” e “ATREVIDA! as representações de Gênero na revista adolescente do final do século XX”, trabalharam questões de “Gênero e Escravidão” e “Gênero e padrão” respectivamente. Tinha início, portanto, por meio da Iniciação Científica no Ensino Médio, os estudos de Gênero no *campus* Pedreiras.

Aliado ao NEABI, os bolsistas puderam apresentar os resultados de suas pesquisas em diversos eventos promovidos pelos diversos núcleos de estudos Afro-brasileiros do Instituto Federal do Maranhão e de outros Estados. Contudo, apesar do NEABI *campus* Pedreiras promover diversas ações contra discriminações, problemas voltados a preconceito de gêneros ainda persistiam. O que levou a um grupo de alunos e alunas a procurar a coordenadora Nila Michele solicitando uma forma de atuar em prol do respeito e da igualdade de gênero, tanto na escola quanto em outras localidades da cidade.

Assim, em maio de 2018 surgiu o projeto voluntário do Laboratório de Estudos de Gênero do IFMA *campus* Pedreiras (LEGIP), ligado ao NEABI do *campus*. O projeto nasce visando aliar Ensino, Pesquisa e Extensão produzindo, sempre que possível, materiais didáticos voltados para a Educação básica que abordem de maneira clara (e livre de tabus), as questões de preconceito de gênero, violências, homofobias, machismos, patriarcalismos, identidades, sexualidade, corpo, queer e demais temas próprios dos estudos de gêneros.

Em busca de financiamentos, o projeto foi submetido ao Edital Geração Ciência n.º 004/2018, promovido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão — FAPEMA. O projeto apresentava quatro planos de trabalho contendo pesquisas em *interface* com a extensão.

As pesquisas foram intituladas: “Gênero, Raça, Classe e Poder”. “Violências de Gêneros”, “Corpo, Feminismo, Queer e outras teorias” e “Patriarcalismo, Heteronormatividades e diversidades sexuais”. Para a ação extensionista, foi proposta a criação de fanzines, mapas, cards e cartilhas como materiais didáticos a serem distribuídos nas escolas públicas dos municípios em torno do Instituto Federal do Maranhão *campus* Pedreiras.

Após concorrência com propostas das diversas instituições públicas de Ensino Médio e Técnico, sediadas no Maranhão, o projeto foi contemplado com quatro bolsas de Iniciação

Científica Júnior, uma bolsa de Professor Jovem Cientista e fomento para a produção dos materiais didáticos, em agosto de 2018.

Além dessa ação, o laboratório foi registrado como um projeto de extensão no *campus* Pedreiras. Embora sem fomento, promoveu grupos de estudos com os integrantes, campanhas educativas em datas específicas, divulgações em redes sociais, orientações para criação de novos projetos de pesquisas e submissões aos editais PIBIC Ensino Médio e Artístico Culturais financiados pelo Instituto Federal do Maranhão, além de publicações dos resultados obtidos.

Em seus cinco anos de existências o LEGIP promoveu diversas campanhas educativas, conseguiu realizar 13 projetos de pesquisas financiados por alguma agência fomento. Foram 15 publicações de artigos, 07 materiais didáticos eletrônicos, disponibilizados gratuitamente e divulgados *on-line*. O laboratório também publicou o *e-book* gratuito “O Livro do LEGIP”, reunindo artigos acadêmicos dos bolsistas financiados pela FAPEMA.

Cumprindo sua proposta extensionista, o laboratório reuniu, no que intitulou “A Caixa do LEGIP”, quatro produtos didáticos impressos e um *pendrive* contendo além das versões eletrônicas desses materiais, o *e-book* “O Livro do LEGIP”. As Caixas foram entregues em solenidade oficial, no Instituto Federal do Maranhão *campus* Pedreiras, às Secretarias de Educação dos 12 municípios que o *campus* atende.

A solenidade ocorreu no dia 21 de março de 2022. O dia foi propositalmente escolhido por representar o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, dessa forma o IFMA *campus* Pedreiras e o Laboratório de Estudos de Gênero do IFMA *campus* Pedreiras reafirmou, publicamente, seu compromisso com uma educação, além de antirracista, antimachistas, anti-homofóbica, inclusiva e verdadeiramente democrática.

Fundamentação Teórica

Os estudos de Gênero na educação básica, e para a educação básica, nem sempre percorrem o caminho fácil. Enquanto objeto de pesquisa, é possível se distanciar e produzir trabalhos que circulam pelo universo das academias de ensino superior, mas que dificilmente chegam à Educação Básica, ou chegam confusamente.

Os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no Brasil, em 2000, reforçam uma confusão ao tratar a questão apenas como o tema transversal: orientação sexual. E embora se fale que a temática tem o enfoque das relações de gênero é a sexualidade o ponto central do documento. De fato, no ocidente, o conceito de gênero é muito associado ao de sexualidade, contudo gênero não é “sinônimo” de sexualidade.

Trabalhos como de Joan Scott (1995), Linda Nicholson (2000), Guacira Lopes Louro (1998) e Judith Butler (2018), notoriamente reconhecidas como expoentes deste campo temático, discorrem sobre as distinções e problemáticas em igualar ambas categorias. Embora Sexualidades e Gênero sejam temáticas pertencentes aos estudos de gênero, estudar uma não significa que compreenderá a outra.

Assim, os debates no LEGIP não se submetem apenas um viés ou confundem categorias, ao contrário, os membros do laboratório se aprofundam no estudo dos conceitos básicos que permeiam a temática analisando, além da diversidade de referenciais teóricos, as modificações ao longo da história nesse campo de estudo.

Decerto, teóricas como Joan Scott (1995), Elizabeth Grosz (2000), Judith Butler (2010), bell Hooks (2013) e autores como Tomaz Tadeu Silva (2000) e Stuart Hall (2000) — referenciais constantes nos estudos do LEGIP — não têm uma linguagem muito atrativa aos adolescentes, o que não significa dizer que não podem ser lidos. O estudo em coletividade facilita a compreensão e ao contrário de uma transposição de saberes, busca-se, na verdade, uma construção de um saber escolar sobre as temáticas desses estudos.

Não se trata de simplificar ou diminuir a teoria, é justamente o oposto. Os estudos de gênero possuem sua complexidade e devem ser tratados com a seriedade que lhe é pertinente. O que fazemos em nosso laboratório é possibilitar saberes que corroborem a igualdade de gêneros como condição essencial à dignidade Humana.

Nesse processo, os estudos das identidades e suas representações caminham em simbiose com o próprio debate acerca do conceito de Gênero. Este, enquanto categoria relacional, não é fixo e vêm constantemente sofrendo modificações. Assim, entende-se que o conceito de Gênero está integrado à construção social, admitindo às identidades criar papéis sexuais nas relações entre os sexos, para Scott ele é ainda “a principal forma de dar sentido às relações de poder” (1995, p. 86).

Deste modo, as formas de se perceber enquanto homem e mulher, e as subjugações de um gênero sobre o outro, são forjadas a partir das interações sociais e regularizadas em relações de poder. Entender isso é o primeiro passo para demonstrar a diversidade de gênero ao nosso redor, e perceber o porquê de preconceitos e “fobias” em relação àqueles que não se enquadram nas normativas prescritos pela sociedade.

Historicamente, essas normas de conduta e padrões de identidades, foram pautadas nas diferenças biológicas entre os sexos, de modo que os lugares e papéis sociais para homens e

mulheres acabaram sendo definidos por aqueles que detinham o poder. Do mesmo modo, foram construídas “verdades cristalizadas” que atribuíam qualidades e funções como inerentes aos indivíduos.

Logo, virilidade, coragem, força e vigor sexual, aliada a ideia de provedor, macho, marido e amante eram próprias da “natureza” masculina, enquanto fragilidade, docilidade, passividade e subserviência, em seu papel de esposa, mãe e abnegada sexualmente seriam próprias às mulheres. Contudo, essas diferenças, longe da natureza humana, são produtos da construção social em torno do que é masculino e feminino.

É justamente o processo de constante repetição e citação, aliado ao controle da representatividade — por aqueles que mantêm as estruturas de poder e assim determinam a identidade — que leva homens e mulheres a internalizarem atos, estilos, gestos corporais e até emoções como elementos de uma essência humana pela qual o gênero expressa ou simplesmente externaliza.

Em outras palavras, a constatare repetição de “as mulheres são frágeis”, “homem não chora”, “mulheres nasceram para serem submissas”, “os homens devem governar” e tantas outras expressões binárias de gênero acabam por levar os sujeitos a crerem, inclusive, que são frutos das suas próprias construções mentais ou consciência sem qualquer interferência de terceiros.

Logo, quando homens ou mulheres buscam justificativas para feminicídios ou estupros culpando a vítima, questionando a roupas usadas, ou ainda o que ela falou ou fez para provocar o homem, não se trata de uma opinião, individual, única e singular, trata-se de uma operação — como explica Tomaz Tadeu da Silva — de “recorte e colagem”,

Recorte: retiro a expressão do contexto social mais amplo em que ela foi tantas vezes enunciada. Colagem: insiro-a no novo contexto, no contexto em que ela reaparece sob o disfarce de minha exclusiva opinião, como o resultado de minha exclusiva operação mental. Na verdade, estou apenas "citando". É essa citação que recoloca em ação o enunciado performativo que reforça o aspecto negativo atribuído à identidade [...]. Minha frase é apenas mais uma ocorrência de uma citação que tem sua origem em um sistema mais amplo de operações de citação, de performatividade e, finalmente, de definição, produção e reforço da identidade cultural (SILVA, 2000, p. 95)

É sua repetida enunciação e aceitação que acaba produzindo uma série de comportamentos e formas reificadas que aparecem como a configuração natural dos corpos. Perceptivelmente, a repetição pode ser questionada, conforme a filósofa Judith Butler afirma,

Se o fundamento da identidade de gênero é a repetição estilizada de atos no tempo, e não uma identidade aparentemente homogênea, existem possibilidades de transformar o gênero na relação arbitrária entre esses atos,

nas várias formas possíveis de repetição e na ruptura ou repetição subversiva desse estilo (2018, p. 78).

A contestação da repetição, ou mesmo a criação de uma repetição subversiva, choca com os interesses dos grupos dominantes que na ânsia de preservar o que eles determinam como “identidades naturais” acabam reforçando discursos imaginados, inventando práticas e enunciados, por assim dizer, que visam manter a continuidade com o passado de dominação.

Todavia, não existem identidades naturais, bem como não há gêneros pré-existentes, pois embora muito ainda se deve debater em torno dos conceitos de gênero, para nós, Gênero é a construção social de papéis e identidades a partir das imposições atribuídas aos sexos biológicos. Essas construções podem estar, ou não, em consonância com o que é visto como correto e — por conta disso — padrão pela sociedade. Portanto, é importante perceber que as relações de gênero são também relações de poder.

Aqueles com uma “identidade fora da norma” são categorizados como ameaças aos grupos dominantes que mantêm e se beneficiam da estrutura das identidades fixas. Logo, esses grupos, que detêm o poder, utilizam seus privilégios de atribuir valores e se mobilizam desencadeando ideologias de intolerância e desrespeito à diversidade, construindo um espaço de discriminações e violências à todas as diferenças;

Para tanto, o recorte arbitrário do passado, bem como o controle de sua divulgação torna-se, então, mecanismos de regulação ou, dependendo das conjecturas políticas, manipulação. Constrói-se um discurso de verdade, embora não o seja.

Dessa forma, a sociedade que afirma que todas as mulheres do passado foram submissas e subservientes aos homens — colocando esses atos como da natureza feminina — escondendo e invisibilizando as situações contrárias ao que se expõem, temos, na verdade, a construção de um valor moderador e disciplinador das mulheres do presente. Portanto, o laboratório também se preocupa em mergulhar nos estudos históricos, investigando a história das identidades fora da norma, dos marginalizados e propositalmente invisibilizados para não se constituírem representatividades.

Hobsbawm explica que “O objetivo e a característica das 'tradições', inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição” (HOBSBAWN, 1997, p. 10). Ora, como já apontamos, as identidades não são fixas logo o passado destas não tem como ser homogêneo.

A emergência dos movimentos feministas, contribuíram na mudança de costumes, que proporcionou que mais mulheres questionassem a ordem vigente e alcançassem espaços antes

negados, explicando a necessidade de reforçar uma tradição inventada.

Esse “reforço” só ocorre quando a sua forma genuína já está em processo de degeneração, “Elas são altamente aplicáveis no caso de uma inovação histórica comparativamente recente” (HOSBAWN, 1997, p. 22), nesse sentido, historiadoras e historiadores de gênero vêm mostrando que esse passado, idealizado e subserviente, divulgado pelas estruturas patriarcais, não foi tão pacífico quanto se deseja impor.

Mais recentemente os movimentos LGBTQIA+ também vêm buscando seus espaços de direito, representatividade e história, historicamente negados. Como comum em todas as relações de poder, a existência da acomodação e conflito fizeram partes das relações de gêneros de sociedades do passado, é preciso, portanto, desvendá-las e alçá-las ao seu merecido lugar na história e contribuindo, assim, para que os padrões preconceituosos possam ser finalmente desmascarados e a dignidade humana, em toda sua essência, possa de fato prevalecer.

Metodologia

Todas as ações do LEGIP são orientadas em prol da equidade de gêneros, dessa forma: debates, estudos, projetos e pesquisas buscam combater os preconceitos historicamente construídos pelos grupos de poder que determinaram os diversos padrões sociais. Nesse sentido, as temáticas pesquisadas são amplas, pois infelizmente os grupos marginalizados por sua conduta “fora da norma”, ou por suas contestações ao padrão, não são poucos.

O Laboratório de estudos do IFMA *campus* Pedreiras optou por não trabalhar em uma única linha metodológica, e embora as epistemologias feministas tenham predominado entre as pesquisas realizadas, acredita-se que a própria produção do conhecimento se faz na diversidade de métodos, técnicas e teorias. Deste modo, incentivamos os jovens pesquisadores a conhecer essa diversidade antes das escolhas.

É preciso lembrar, que estes pesquisadores são alunos e alunas dos cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio, sendo a faixa etária de idade entre 15 e 18 anos. Estes alunos e alunas apresentaram-se voluntariamente, não recebendo créditos extras por sua participação no Laboratório. Dado a pouca experiência é exigido que todas as pesquisas realizadas tenham em seus procedimentos a pesquisa bibliográfica.

Quanto à abordagem, observou-se a prevalência dos estudos qualitativos e quanti-qualitativo. Orientou-se também que, sempre que possível, as pesquisas tivessem *interface* com a extensão e produzissem produtos didáticos voltados à educação básica.

Infelizmente, o laboratório não conseguiu um espaço físico próprio, daí a parceria com

o núcleo de estudos afro-brasileiros e indígenas (NEABI) ter sido inestimável, pois além de compartilhar das mesmas lutas, o NEABI/IFMA *campus* Pedreira cedeu sua sala para as reuniões e atividades dos membros do LEGIP. Os estudantes bolsistas reuniam-se mensalmente para orientações das pesquisas e planejamento de apresentações e produções.

A parceria com NEABI/IFMA se estendeu para fora do *campus*, com a participação dos membros do LEGIP nos eventos promovidos pelo núcleo em nível estadual e nacional. Dessa forma resultados parciais ou finais das pesquisas, em andamento ou concluídas, tiveram oportunidades de serem divulgadas, presencialmente além da cidade sede Pedreiras (MA), também nas cidades de Alcântara (MA), São Luís (MA), São José de Ribamar (MA), Salvador (BA) e Satuba (AL).

Para melhorar a sistematização e organização do Laboratório foram criadas quatro linhas de pesquisas, sendo elas: “Interseccionalidades”. “Violências de Gêneros”, “Corpo e padrões” e “Sexualidade e diversidades”, deste modo tanto as produções acadêmicas, quanto os produtos didáticos desenvolvidos se enquadram entre essas classificações.

Estudos históricos, antropológicos, trabalhos conceituais, estudos de casos e investigação contemporâneas etc. — a diversidade de produção do LEGIP demonstra as possibilidades reais para uma educação verdadeiramente democrática.

Resultados e Produções

Apesar de em 2017 trabalhos sobre gêneros já tivessem sido orientados pela professora Nila Michele, é somente em 2018 que oficialmente o Laboratório é instituído, recebendo o fomento do Edital Geração Ciência - FAPEMA para bolsas, bens de custeio e capital.

Paralelamente às pesquisas apoiadas pela FAPEMA, buscou-se auxílios nos editais PIBIC ENSINO MÉDIO divulgados pela Pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFMA (PRPGI/IFMA). Após concorrência entre os 29 campi do Instituto Federal do Maranhão, no ano de 2018, o LEGIP foi contemplado com bolsas (vigência 2018/2019) para três estudantes com as seguintes pesquisas:

1. **“Corpo e Padrão: A estética corporal e Invisibilidade da diversidade em revista Adolescente do final do século XX.”**, que problematiza os padrões de beleza construídos ao longo do tempo, centrando-se principalmente no ideal estético construído no final do século XX e divulgado na revista adolescente “Atrevida”. Os resultados da pesquisa foram publicados

como um capítulo do livro “Caderno de Bolsa: Imagens da Estigmatização”², lançado em formato de *e-book* pela Editora IFMA.

2. **“Alforrias Femininas nos testamentos do Maranhão setecentista”** cujo trabalho visa identificar o número de alforrias femininas nos testamentos do Maranhão setecentista, relacionando as justificativas para a liberdade com as estratégias de sobrevivências desenvolvidas pelas mulheres escravas. O estudo se concentrou na História da escravidão e na da História das Mulheres.

3. **“Gênero, Patriarcalismo e Heteronormatividade”**, o qual propõe-se a compreender a formação do Patriarcalismo brasileiro e como este influenciou a construção de masculinidades hegemônicas, heteronormatividades e machismos.

No ano de 2019, no mesmo programa da PRPGI/IFMA, o laboratório obteve o fomento para a continuidade da pesquisa “Alforrias Femininas nos testamentos do Maranhão setecentista” e aprovou mais duas novas propostas. Obtendo bolsas de iniciação científica (2019/2020) para as pesquisas:

1. Machismo e sexismo em propagandas publicitárias, que se propôs a discutir o machismo e patriarcalismo presentes nas propagandas publicitárias brasileiras, refletindo sobre as imagens femininas representadas pelas mesmas. Priorizaram-se as propagandas publicitárias de produtos de limpeza e propagandas de cervejas das décadas de 1950 a 1990. Durante a pesquisa produziu-se o artigo “AFINAL, ESTÁ SE VENDENDO O QUÊ? Gênero, machismo e sexismo em propagandas publicitárias de cerveja e produtos de limpeza”³, publicado na coletânea “Mídia, Moda e Sociabilidades: relações de gênero e sexualidade, aspectos sociais e identitários na cultura brasileira a partir do século XXI”, lançado em formato impresso e *e-book* pela Editora Bagai.

2. Ainda somos "Atrevida"? um estudo comparativo dos padrões de beleza presentes na Revista adolescente do século XX com a atualidade. Este estudo dá continuidade ao projeto “Corpo e Padrão”, mas sobre uma nova ótica, pois objetiva perceber o quanto do padrão, divulgado na década de 90, permanece na atualidade e influencia as adolescentes de hoje. Os resultados parciais foram apresentados no 6.º Simpósio Eletrônico Internacional de Ensino de História, tendo o artigo produzido escolhido para compor a coletânea

² Disponível gratuitamente no link: <https://pedreiras.ifma.edu.br/wp-content/uploads/sites/19/2020/06/ebook-imagens-estigmatizacao-1.pdf>

³ Disponível gratuitamente no link: <https://drive.google.com/file/d/1FTQP-biWNUUGtZ9mEd25aS4zKBFamS0X/view>

“Ensino de História e Estudos de Gênero”⁴, lançado como edição especial da revista Sobre Ontens/UFMS.

No ano de 2020 aprovou-se mais quatro pesquisas com vigência 2020/2021, nos editais PIBIC ENSINO MÉDIO, sendo elas:

1. Ainda somos “Atrevida”? um estudo comparativo entre a revista adolescente do século XX e as 'digitais influencers' da atualidade, apresentada como uma renovação do estudo anterior, a pesquisa traz como inovação a delimitação do comparativo entre a revista do século XX com as 'digitais influencers' brasileiras do Instagram. Para tanto a bolsista utilizou questionários semiestruturados respondidos por 564 meninas distribuídas entre os 29 *campi* do IFMA, para elencar quem eram as principais digitais influenciadas seguidas, para, dessa forma, analisar os seus discursos.

2. A mercantilização e sexualização da mulher em propagandas de bebidas alcoólicas no século XXI, o estudo visa discutir a sexualização e mercantilização dos corpos femininas presentes nas propagandas publicitárias de bebidas alcoólicas, virtuais e impressas, do século XXI. Deste modo, buscou perceber as rupturas e permanências no sistema patriarcal, machista e sexista que ainda perdura na atualidade.

3. EM BRIGA DE MARIDO E MULHER TAMBÉM SE METE A COLHER! violências de gênero nas relações afetivo-sexuais apresentadas nos jornais maranhenses do século XIX, este estudo propôs-se investigar as violências de gênero nas relações afetivo-sexuais, percebidas nos jornais maranhenses do século XIX, disponíveis *on-line* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Nas “partes do dia” — uma espécie de “páginas policiais” da época — era comum relatos de conflitos violentos entre os casais, cuja intervenção de terceiros era necessária. Respeitando a historicidade destes conflitos, a pesquisa problematiza a documentação de modo a compreender as permanências de problemas como a violência doméstica e outros crimes praticados contra as mulheres, simplesmente pelo seu gênero.

Os resultados finais visaram contribuir para a superação de uma mentalidade que naturaliza as violências entre casais, sendo o artigo acadêmico produzido publicados como capítulo do livro MATERNIDADE ABORTO E DIREITOS DA MULHER⁵, lançado em formato digital pela Editora Expressão Feminista.

Em outubro de 2020, já sofrendo com os cortes de verbas para a ciência e tecnologia, a

⁴ Disponível gratuitamente no link:

<https://drive.google.com/file/d/1cAJesZRUDp3iflcsGLD6eWPj8i083Sp-/view>

⁵ Disponível gratuitamente no link <https://pt.scribd.com/document/518018638/8-Livro-maternidade-Aborto-e-Direito-Da-Mulher>

PRPGI do IFMA lança o edital PIBIC EM CNPq (vigência: out/2020 a ago/2021) onde, em um claro ataque as ciências humanas e sociais, determinou que as pesquisas destas áreas (Humanas e Sociais) só podem concorrer se associadas a uma área de tecnologias prioritárias, determinada pelo MEC:

Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), por meio da Portaria nº 1.122, de 19.03.2020, são consideradas Áreas de Tecnologias Prioritárias: a) Tecnologias Estratégicas, nos seguintes setores: Espacial; Nuclear; Cibernética; e Segurança Pública e de Fronteira. b) Tecnologias Habilitadoras, nos seguintes setores: Inteligência Artificial; Internet das Coisas; Materiais Avançados; Biotecnologia; e Nanotecnologia. c) Tecnologias de Produção, nos seguintes setores: Indústria; Agronegócio; Comunicações; Infraestrutura; e Serviços. d) Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável, nos seguintes setores: Cidades Inteligentes e Sustentáveis; Energias Renováveis; Bioeconomia; Tratamento e Reciclagem de Resíduos Sólidos; Tratamento de Poluição; Monitoramento, prevenção e recuperação de desastres naturais e ambientais; e Preservação Ambiental. e) Tecnologias para Qualidade de Vida, nos seguintes setores: Saúde; Saneamento Básico; Segurança Hídrica; e Tecnologias Assistivas. Obs.: São também considerados prioritários, diante de sua característica essencial e transversal, os projetos de pesquisa básica, humanidades e ciências sociais que contribuam, em algum grau, para o desenvolvimento das Áreas de Tecnologias Prioritárias do MCTIC. Projetos de pesquisa básica, humanidades e ciências sociais devem indicar uma das áreas tecnológicas prioritárias listadas acima. (ANEXO II. EDITAL PRPGI nº 102/2020, grifo nosso)

Ainda que sob ataque, e não se eximindo dos protestos, a coordenadora do LEGIP decidiu, para garantir espaços e impedir apagamentos, submeter o projeto **ALISAR POR QUÊ? SAÚDE E IDENTIDADE NEGRA A PARTIR DOS CABELOS** que se relacionou com a área tecnológica prioritária **Tecnologias para Qualidade de Vida, no setor Saúde.**

A pesquisa objetivou analisar as principais técnicas e produtos de beleza para alisamento elencando os componentes químicos utilizados que podem trazer prejuízos à saúde física das usuárias, que neste estudo concentra-se principalmente na população negra feminina, assim buscou-se entender também questões ligadas a saúde mental e a depressão, que boa parte dessa população acaba desenvolvendo por não se ver representada nos padrões sociais de beleza.

O estudo questionou o que a estética capilar representa para a identidade étnica e racial. Concentrando-se tanto nas experiências de pessoas que sofreram problemas de saúde mental (advindos do racismo sofrido por sua aparência), quanto na compreensão e valorização da estética Afro, como fator essencial para a construção das identidades Negras e bem-estar físico e mental.

A pesquisa produziu dois fanzines explicativos e de valorização dos cabelos afros, como

materiais didáticos para a educação básica. Neles aponta-se o histórico das técnicas de alisamento e como propagandas com mulheres negras com cabelos alisados eram vistas como mais bonitas. Para esses fanzines buscaram-se desenhos de mulheres com cabelos afros, para contrastar com as propagandas lançadas, como demonstra a figura 1.

Figura 1. Capa e página 3 do primeiro Fanzine.



Além desses materiais, o artigo acadêmico produzido como resultado da pesquisa foi publicado como o segundo capítulo do *e-book* “Ser negra na sociedade pandêmica”⁶, da Editora Expressão Feminista.

As pesquisas financiadas pela FAPEMA, obrigatoriamente deveriam ter a *interface* com a extensão, nesse sentido foi pensado rodas de conversas rápidas nas quais os bolsistas conversavam sobre conceitos e pré-conceitos sobre as relações de gêneros nos intervalos das aulas. O projeto intitulado: “quintas de categorias” acontecia semanalmente as quintas-feiras no pátio do *campus* Pedreiras, além disso, os bolsistas participaram de programas de rádios e em redes sociais divulgando resultados parciais e atividades do LEGIP.

Ainda na perspectiva extensionistas, foram produzidos materiais didáticos para serem distribuídos gratuitamente nas escolas públicas de ensino fundamental e médio da região do Médio Mearim⁷, sendo eles:

1. Cartilha “**O que é que é? Gênero, Patriarcalismo e heteronormatividade**”⁸, em formato tradicional 14x21 cm, apresentar de maneira clara e lúdica os conceitos básicos para

⁶ Disponibilizado gratuitamente pelo link: <https://pt.scribd.com/document/518018565/10-Livro-ser-Negra-Na-Sociedade-Pandemica>

⁷ O Território da Cidadania Médio Mearim - MA está localizado na região Nordeste sendo composto por 16 municípios: Bernardo do Mearim, Capinzal do Norte, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Joselândia, Lago da Pedra, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Lima Campos, Pedreiras, Poção de Pedras, Santo Antônio dos Lopes, São Luís Gonzaga do Maranhão, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto e Trizidela do Vale (BRASIL, 2015, p. 1)

⁸ Disponibilizado gratuitamente pelo link <https://publicacoes.even3.com.br/book/o-que-e-que-e-genero-patriarcalismo-heteronormatividade-441675>

os estudos de gênero, além de explicar o porquê precisarmos falar de gênero e diferenciar identidade de gênero, sexo biológico e orientação sexual. Conforme as autoras,

O objetivo não é para estes conceitos sejam decorados ou se tornem objeto para avaliações, o que desejamos é promover debates que visem desconstruir ideias preconceituosas que levam ao sofrimento físico e mental de tantos. A cartilha não é um manual, ela não tem o propósito, nem dá conta da complexidade dessas categorias, ela é apenas um passo. Uma tentativa de alunos do ensino médio em se levantar contra o machismo, a homofobia, a violência de gênero, o racismo e tantas outras discriminações a pessoas pelo simples fato de serem quem são. (SANTOS e SANTOS, 2021, p. 01).

2. “**Mapa da Violência de Gênero**”⁹, também em formato tradicional de 14x21 cm, o Mapa traz diversos dados estatísticos sobre feminicídios, violências domésticas, homofobias e transfobias, além de traçar os perfis das vítimas e agressores. Ele ainda apresenta as categorias de violências de gênero, como se manifestam, o que fazer e a quem recorrer caso sofra alguma das tipificações apresentadas.

3. Fanzine “**Zine LEGIP apresenta: Gênero, Raça, Classe e Poder**”¹⁰, que além da linguagem acessível e jovem sobre o assunto do título, possui um formato diferenciado em faixa de 29x10 cm com quatro dobras, esses contornos foram propositalmente escolhidos para que uma vez dobrado o material caiba em um bolso, facilitando a circulação.

Figura 1 “Zine LEGIP apresenta: Gênero, Raça, Classe e Poder” frente e costa aberto



⁹ Disponibilizado gratuitamente pelo link <https://publicacoes.even3.com.br/book/mapa-da-violencia-de-genero-2020-441595>

¹⁰ Disponibilizado gratuitamente pelo link: <https://publicacoes.even3.com.br/book/genero-raca-classe-e-poder-para-que-e-que-serve-afinal-441685>

Explicando as categorias Gênero, Raça e Classe Social, o fanzine provoca o debate sobre as relações de poder e como estas estão intrincadas aos preconceitos raciais, de gênero e sociais; o material também deixa referências bibliográficas para quem deseja se aprofundar no assunto.

4. Cards “**Corpo, Feminismo, Queer e outras teorias**”¹¹, este material também possui um formato diferente, ele consiste em uma série de Cards com 15 unidades. Os cards tem função de levar informações resumidas, relevantes e de rápida compreensão. Nos Cards, as imagens são o ponto central e elas podem ser ou não auto explicativas.

No material desenvolvido, a bolsista criou desenhos inéditos produzidos em consonância com os temas apresentados pelas literaturas estudadas durante a pesquisa e debatidos no Laboratório. As próprias experiências, e de amigos próximos, também serviram de inspiração para os desenhos. Dessa forma os desenhos foram divididos em três partes:

Na primeira parte escolhemos frases das autoras Djamilia Ribeiro, Joan Scott, Sueli Carneiro, Ângela Davis, Jaqueline Gomes e Rafael Guimarães para associação do desenho à literatura específica. A partir das diversas leituras voltadas para a teoria QUEER, criamos a segunda parte que consistiu em sequência de 5 desenhos, formando um pequeno guia explicativo sobre o significado da sigla “LGBTQIA+” e as suas respectivas bandeiras. A sequência de desenhos que formou a terceira parte foi inspirada em experiências próprias e no convívio com os demais pesquisadores do Legip. Por fim, acreditamos que se faz necessário ouvir aos grupos historicamente marginalizados, devido suas identidades de gêneros. Ao fazermos que essas pautas ocupem lugares onde existam determinados tabus estamos, contribuindo para a formação de uma sociedade que não compactue com antigos estigmas e preconceitos. (PEREIRA e SANTOS, 2021, p. 2. Grifo nosso)

Muito dos desenhos foram inspirados nos traços físicos dos membros do Laboratório, tais como as expostas abaixo:

Figura 3 Card pertencente a 1º parte



Figura 4 Card pertencente a 2º parte



¹¹ Disponibilizado gratuitamente pelo link: <https://publicacoes.even3.com.br/book/corpo-feminismo-queer-e-outras-teorias-441695>

Figura 5 Cards pertencente a 3º parte



Toda produção e *design* dos materiais foram feitos pelos bolsistas e a orientadora usando apenas os programas gratuitos de imagens, edição e editoração. É certo que o público-alvo dessas produções é a Educação Básica, preferencialmente os alunos do ensino fundamental maior, mas não há nenhum impedimento para seu uso em outros espaços. Na verdade, espera-se alcançar aqueles sujeitos que não sabem a respeito, ou nunca tiveram acesso a essas discussões, desconhecendo suas importâncias.

Estes materiais, juntamente com o *e-book* “O Livro do LEGIP”, compuseram “A CAIXA DO LEGIP” sendo estas disponibilizadas gratuitamente em formato digital¹². Ademais foram confeccionadas 30 caixas com o material impresso e ofertadas às Secretarias de Educação Municipal do Médio Mearim, à Biblioteca do IFMA *campus* Pedreiras, ao NEABI Central do IFMA, ao Departamento de Direitos Humanos do IFMA e ao Comitê da Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O artigo “ABRINDO A CAIXA DO LEGIP/IFMA: trajetória, ações e produtos didáticos em prol de uma educação para a igualdade de gêneros”, de autoria da professora Nila Michele B. Santos, que discorre sobre o desenvolvimento das pesquisas e a produção dos cinco materiais didáticos que compõem a caixa, recebeu o 3.º lugar no “Prêmio 15 anos de Políticas Públicas para Mulheres”, na categoria igualdade de gênero, promovido pela Secretaria de Mulheres do Maranhão (SEMU), em parceria com a FAPEMA.

¹² Disponibilizado gratuitamente pelo link <https://publicacoes.even3.com.br/book/a-caixa-do-legip--todo-material-596385>

Todas as ações desenvolvidas, foram construídas gradualmente e com muita luta por todos os membros do Laboratório. Muito embora, a caminhada até aqui não tenha sido tarefa fácil, o LEGIP acredita que somente através da luta por uma educação antimachistas, anti-homofóbica e antirracista pode-se alcançar uma educação inclusiva, cidadã e verdadeiramente democrática.

Considerações finais

Como todos os setores da educação, o Laboratório também sofreu com a pandemia. De uma hora para outra, projetos extensionistas de palestras e visitação em escolas tiveram que ser suspensos, prazos tiveram que ser adiados, encontros passaram a ser remotos. A solução foi buscar estratégias para não permitir o desaparecimento, nem o ocultamento das ações.

Nesse sentido, as ações passaram a ser melhor registradas, e o que antes era divulgado ao nível local com panfletos, cartazes e *folders*; passou a proporções nacionais com a atuação nas redes sociais. Os pesquisadores participaram de *lives*, eventos remotos (inter)nacionais e programas transmitidos via *YouTube*. O perfil *@legip.ifma*, criado no segundo ano de existência do laboratório, tornou-se o principal meio de comunicação virtual para a divulgação das atividades.

Assim, mesmo diante de todas as dificuldades, o LEGIP conseguiu permanecer. Portanto, a resposta à indagação título deste artigo é: **sim, é possível!** E mais que possível, é necessário que se fale cada vez mais de gênero nos cursos técnicos, nas escolas e nos Institutos Federais, principalmente, pois o Brasil é um país com altas taxas de violências de gênero.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), “entre março de 2020, mês que marca o início da pandemia de covid-19 no país, e dezembro de 2021, último mês com dados disponíveis, foram 2.451 feminicídios e 100.398 casos de estupro e estupro de vulnerável de vítimas do gênero feminino”, além disso, o país continua a ocupar o 1.º lugar no assassinato da população LGBTQIA+. Só em 2021, 300 LGBT+ sofreram morte violenta no Brasil. Isso representa 8% a mais do que no ano anterior: 276 homicídios (92%) e 24 suicídios (8%). Os assassinatos contabilizam uma morte a cada 29 horas, os dados são do relatório “Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil — 2021”, divulgados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB)

Nesse sentido, urge pensar estratégias, currículos e materiais didáticos verdadeiramente inclusivos, que fujam dos padrões historicamente impostos para meninas e meninos na educação. A educação verdadeiramente inclusiva permite pensar quem foram os excluídos, onde foram excluídos e por que foram excluídos. Permite pensar as relações de poder e como

elas interferem nos processos educativos determinando o que é, ou não importante estudar.

Uma educação antidiscriminatória vai além da superficialidade da pedagogia da tolerância, pois afinal “tolerar” não significa aceitar as diferenças. É preciso uma pedagogia das diferenças, que procure acolher o outro como outro, sabendo perfeitamente que nem as identidades, nem as diferenças são fixas, ambas são processos de produções sociais

Através do LEGIP, conseguiu-se extrapolar as amarras do dito currículo escolar tradicional (com disciplinas, horários, estruturas, regulamentações e sequências), no laboratório conceberam-se projetos e práticas escolares que evidenciam e valorizam as relações de gênero, de raça, de classe e de idade, sempre buscando a interlocução com outros espaços de saber e em prol da equidade, tanto nos processos educativos, quanto em todas as esferas sociais.

O LEGIP acredita ser essa luta que definirá o futuro que queremos.

Referência

BRASIL, **LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 01 abril 2022.

BRASIL, Ministério de desenvolvimento Agrário. Secretaria de desenvolvimento Territorial. **Caderno territorial Médio Mearim**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_140_M%C3%83%C2%A9dio%20Mearim%20-%20MA.pdf. Acesso em: 13 abril 2022.

BUTLER, Judith. **Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. Caderno de leituras nº 78 - junho de 2018. *Online*, Edições Chão da Feira. – Disponível em: https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf. Acesso em 11 de abril de 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FÓRUM DE BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Violência contra mulheres 2021. v5, pdf 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>. Acesso em: 14 de abril de 2022.

GROSZ, Elizabeth. “**Corpos Reconfigurados**”. *Pagu* (14), 2000, p. 45-86.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). “**Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil – Relatório 2021**”, pdf. 2022. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/02/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao->

final.pdf Acesso em: 14 abr. 2022.

HALL, Stuart. **Quem Precisa de Identidade?** In: SILVA, Tomaz. T. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade** / tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HOSBAWN, Eric e RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. – Tradução de Celina Cavalcante – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **“Gênero, sexualidade e poder”**. In. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 7ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

NICHOLSON, Linda. **“Interpretando o Gênero”**. Estudos Feministas, vol. 8, n. 2, 2000, p. 9-41.

PEREIRA, Luana Martins; SANTOS, Nila Michele Bastos. **CORPO, FEMINISMO, QUEER E OUTRAS TEORIAS** / Laboratório de Estudos de Gênero do IFMA Pedreiras — LEGIP. Pedreiras. 2021. Recife: Even3 Publicações, 2021. DOI: 10.29327/544169. Disponível em: <https://publicacoes.even3.com.br/book/corpo-feminismo-queer-e-outras-teorias-441695> Acesso em: 14 abr. 2022.

PRPGI/IFMA (Pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFMA). São Luís (MA) **ANEXO II**. In: EDITAL PRPGI nº 102/2020 PIBIC EM CNPq (vigência: out/2020 a ago/2021).

SANTOS, Vitoria Regina Guimarães dos; SANTOS, Nila Michele Bastos. **O que é que é? Gênero, Patriarcalismo, Heteronormatividade**. Laboratório de Estudos de Gênero do IFMA Pedreiras — LEGIP. Pedreiras. 2021. Recife: Even3 Publicações, 2021. DOI: 10.29327/544167 Disponível em: <https://publicacoes.even3.com.br/book/o-que-e-que-e-genero-patriarcalismo-heteronormatividade-441675> Acesso em: 14 abr. 2022.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Educação & Realidade, v20, n. 2. P. 71-99 jul./dez. 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/71721/40667>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da **A produção social da identidade e da diferença** IN: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) HALL, Stuart, WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Recebido em: 15 de abril de 2022.

Publicado em: 30 de maio de 2022.